

EDUCAÇÃO VERSUS EXCLUSÃO

Nassim Gabriel Mehedff

Dos brasileiros que têm entre 15 e 18 anos, menos de 17% chegam a ingressar no ensino médio, e a grande maioria tem na mira o vestibular. Os restantes seguem a trilha que leva diretamente ao mercado de trabalho, passando ou não por cursos profissionalizantes. Criado justamente para atender a esse enorme contingente que vai para o mercado de trabalho, até mesmo sem completar a educação fundamental, o ensino profissionalizante parece não ter dado conta do recado, e pede uma revisão radical de métodos e conteúdos. Secretário Nacional de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho, Nassim Gabriel Mehedff acredita que a educação profissional não pode ser redimensionada sem que se leve em conta a política educacional como um todo. Mais que isso, “é preciso rever os paradigmas da exclusão que marcam a sociedade brasileira desde a colonização”. Educador formado pela Universidade Federal de Minas Gerais e pós-graduado na Universidade da Califórnia por força do AI-5, que colocou seu nome na primeira lista de cassados das universidades brasileiras, o profes-

Entrevista al Secretario Nacional de Formación y Desarrollo Profesional, del Ministerio de Trabajo de Brasil, por Ana Lagôa, aparecida el 18 de abril de 1999 en “Jornal do Brasil”.

sor Nassim sempre trabalhou com ensino profissionalizante, inclusive no período em que esteve no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em entrevista ao “Jornal do Brasil” ele ficou muito à vontade para dizer que nunca se fez educação profissional que não estivesse limitada pelo modelo social excludente e, de fato, formasse pessoas para a vida.

– Qual é o lugar do ensino profissional no sistema educacional brasileiro?

– Não se pode falar em educação profissional só pelo lado da educação. Temos que pensar muito mais pelo lado econômico do que pelo educacional, embora não se possa perder esta perspectiva. Esse é o equívoco que muitas vezes os pedagogos cometem -e eu posso falar assim porque sou pedagogo. As análises são feitas tão somente pela deficiência técnica da educação profissional, quando na verdade temos que verificar, não só se ela está acompanhando as transformações, como também se ela própria está transformando a economia.

159

- A idéia da educação transformar a economia não é contestada?

- O pensamento econômico tradicional não aceita que a educação profissional possa fazer isso. Acredita-se que o sentido da educação profissional é preparar a pessoa para o trabalho, para o emprego. Ela pode até fazer isso, e deve. Mas se só fizer isso, o tempo inteiro, estará formando profissionais sem o menor respaldo, sem a menor preocupação com o mundo futuro que a própria economia gesta.

- A educação profissional teia que antecipar a demanda do mercado?

- Sim, claro, mas muitas pessoas acreditam que isso não tem rentabilidade econômica. Acham que vamos formar para trabalhos que não existem. Claro que não existem; mas podemos perceber que existirão e preparar as pessoas para esse futuro.

160

- O desemprego de hoje se deve em parte ao fato da educação profissional não ter tomado esse rumo antecipador?

- Sim, e não só a educação profissional como a própria política educacional brasileira, que sempre foi de exclusão. Essa é uma longa história.

- Como se chegou a esse modelo insuficiente de educação profissional?

- Para falar da história da educação profissional no Brasil é preciso falar da política educacional, da história, da economia e da política brasileira em geral. A história da política educacio-

nal no Brasil é a história da política da exclusão. Ela tem a ver com os modelos de desenvolvimento econômico e social do país, que sempre se basearam em alguns paradigmas de vantagem comparativa, cuja lógica era a da exclusão.

- A partir de que momento podemos falar em exclusão?

- Desde a colonização. Este país foi descoberto como consequência da necessidade de expansão do mercantilismo. A diferença é que, naquele tempo, as caravelas levavam três anos para chegar aqui e agora a informação leva três segundos. O que há hoje é uma radicalização da globalização financeira. Politicamente o movimento sempre foi o mesmo: expansão o exclusão. A expansão se sustenta no modelo de exclusão e esse modelo de exclusão leva à política educacional excludente.

- Há quem defenda a idéia de que o Brasil nunca teve uma política educacional...

- Ao contrário, o Brasil é um país que sempre teve uma política educacional lógica, coerente, respondendo perfeitamente -desde os jesuítas, desde a colonização- à lógica da exclusão, à lógica de sustentação do poder econômico. Um dos paradigmas desse modelo é colocar o econômico. Um dos paradigmas desse modelo é colocar o econômico em oposição ao social. Pela lógica deste paradigma, primeiro tem que haver desenvolvimento econômico, para depois poder haver desenvolvimento social. Na verdade, para não

haver exclusão, as duas coisas têm que se desenvolver ao mesmo tempo.

- *Aqui não aconteceu esse desenvolvimento simultâneo...*

- Não. Tanto que o Brasil, nos últimos 50 anos, no pós-guerra, teve um crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 14 vezes. Isso significou um crescimento só menor que o do Japão. Foi maior do que o dos Estados Unidos...

- *...mas o PIB deles já era maior.*

- Era. Mas o crescimento não foi maior. Aqui, o crescimento significou uma pujança econômica, de estruturação, de complexificação da economia, de produção de bens e produtos. Ao lado disso, construímos políticas sociais, tendo como base a lógica comparativa da mão-de-obra barata e abundante. Essa lógica sustentou e sustentou esse crescimento e uma política social e educacional que levou aos piores índices de distribuição de renda. Essa é a grande contradição deste país. Hoje estamos nos dando conta dos 50 anos de incoerência, mas não é fácil mudar de um dia para outro.

- *Até porque o país é rico e continua superando as crises...*

- Exato. Há inclusive um anúncio que nos diz por quantas crises já passamos. Mas são 500 anos de crises. Elas são emblemáticas e paradigmáticas do modelo da exclusão. A cada momento desses, mais pessoas ficam de fora e, pela lógica do modelo, isso é necessário.

- *Seria uma forma de manter a disponibilidade de mão-de-obra barata e abundante?*

- Sim. Nós sempre tivemos o cuidado, ao registrar a história, de dizer que a mão-de-obra era abundante por causa do tamanho do país. Um país grande precisava ser ocupado. Para isso se incentivava o crescimento demográfico. Para manter a mão-de-obra barata há uma série de formas. Durante 400 anos não se pagou o trabalhador. Era o regime escravocrata que dava sustentação à economia. Só aí já estamos perdendo de quatro a um. Temos cem anos de abolição da escravatura e se trata de uma abolição que não foi tão libertadora assim. Foi uma abolição também dentro da lógica do expansionismo da globalização capitalista. Na libertação dos escravos se deu a grande exclusão dos negros no Brasil. Antes, eles estavam na fazenda, faziam parte dela. Tinham trabalho, comida. Ganharam a liberdade, mas foram lançados à rua.

- *Não havia como o escravo sair da fazenda para a fábrica, já que a fábrica também precisaria de mão-de-obra?*

- Não, porque ele não recebeu a formação para isso. A lógica do modelo impunha que ele fosse analfabeto e ignorante.

- *Ele já saía perdendo...*

- Exatamente. É só comparar o nível de escolaridade do negro brasileiro com a do negro da África do Sul. Não

161

houve interesse por parte do capital em dar melhores oportunidades a essa mão-de-obra.

- Os jesuítas montaram as escolas de ler e contar para os índios. Porque essa escola não evitou a exclusão do índio?

- Na escola de ler e contar, o índio só lia e contava. E lia a Bíblia. Não havia como fazer o secundário, ir para a Europa estudar. A desescolarização e a desqualificação da mão-de-obra eram imprescindíveis para o modelo econômico. Com isso, construímos uma população economicamente ativa que hoje conta com 74 milhões de pessoas, cuja média de escolaridade não passa de quatro anos. Há economistas que citam sete anos, mas eles estão se referindo à População Economicamente Ativa (PEA) ocupada e u me refiro á PEA total, na fase produtiva da vida. E, mesmo nessa PEA ocupada, há um viés, pois a escolaridade maior vai ser encontrada na indústria, enquanto no comércio e no serviço a média se aproxima dos quatro anos.

- Isso significa estar abaixo do primeiro grau. . .

-Com um agravante: desses quatro anos, pela lógica da política educacional excludente, o país mantém, há aproximadamente 50 anos, senão mais, uma média de repetência da primeira para a segunda série de 50%. E, mesmo que as estatísticas estejam corretas e essa média tenha baixado para 30%, ainda é muito coisa.

- Quais seriam as causas diretas dessa repetência?

-Alguns dizem que a culpa é dos professores, ou porque os prédios das escolas são ruins, ou porque não existem biblioteca. Isso tudo é verdade: os professores não recebem a qualificação necessária, ganham mal, a biblioteca não existe. Mas isso está em acordo com a política de se manter a mão-de-obra desqualificada e barata. Esses quatro anos sequer são quatro séries, podendo haver a repetição, na realidade, de várias vezes uma mesma série. Em vez de quatro anos de escolaridade são quatro anos de permanência na escola.

"O que falta é escolaridade"

- É com essa mão-de-obra que vamos enfrentar a globalização?

- Aí está o problema. Nós vamos entrar na briga da competitividade e da qualidade com um exército de Brancaneone. Na Argentina e no Chile a média de escolaridade é de sete anos. O Uruguai tem 11 anos de média de escolaridade. E até o Paraguai tem escolaridade da PEA maior que a nossa. Hoje, estamos chegando à conclusão de que isso é um problema muito sério. O mercado está nos dizendo, o comércio, os serviços, a indústria, até mesmo a reestruturação produtiva global, estão nos dizendo que a melhor qualificação profissional que uma pessoa pode ter hoje para entrar no mercado de trabalho e nele permanecer, seja como empregado, autônomo, formal ou não, é a escolaridade. Não é a

qualificação profissional. Esse é o primeiro desafio que a qualificação profissional tem que enfrentar no Brasil.

- O ensino profissionalizante também funcionou pela mesma lógica?

- O que se fez no Brasil foi exatamente dentro da lógica que visava manter a mão-de-obra com baixa qualificação. Primeiro, afirmo que não existe ensino profissionalizante. Existe a educação e depois a qualificação. Essa educação tinha um viés assistencialista. Ele foi consumado na Constituição de 37, no artigo que afirma: o ensino profissionalizante é destinado aos pobres e desvalidos da sorte. Ou seja, o discurso oficial do país dizia que a educação acadêmica era para a elite e o ensino profissionalizante era para a camada da população à qual não está destinado o saber, o mando, as decisões sobre o destino do país. Pela Constituição, essas camadas da população deveriam receber um ensino aligeirado, rápido, de forma a logo conseguirem algum tipo de colocação e esquecerem a escola, e se convencerem de que a escola não é um lugar para elas.

- O ensino profissionalizante não foi apresentado como uma grande arma de combate à pobreza?

- Isso é uma mistificação séria. É o mesmo que dizer que melhor que menino na rua é menino trabalhando. Isso é antidemocrático, porque lugar de menino é na escola. Nas escolas de primeiro e segundo graus, universais e gratuitas, que devem ser garantidas

pelo Estado. Mas a política brasileira assistencialista se justificava pela boa intenção de ajudar os pobres a superarem a pobreza. Coisas como práticas industriais, práticas agrícolas e economia doméstica, que estiveram presentes nos currículos das escolas por algum tempo, foram fruto da inconsciência ou da ingenuidade terríveis, mas que no fundo serviram á lógica da exclusão.

- O senhor incluiu a Escola Nova nesse processo?

- A Escola Nova tem muito dessa confusão. Ela foi uma adaptação para o Brasil de um tipo de escola que funcionava nos Estados Unidos. O que ocorria com a questão da distribuição da terra, da renda, do trabalho, da instrução coletiva lá era muito diferente do que ocorria aqui. Abrir a escola para se preocupar com o mercado, formando pessoas polivalentes -que era realmente inovador- estava fora da lógica do nosso modelo. Não alterava o índice de repetência da primeira para a segunda série e incentivava o aluno das classes populares a se apropriar de algumas técnicas, arrumar um emprego e ajudar no sustento da família, encontrando um lugar para si. Eu não estou julgando e condenando, até porque eu mesmo, sendo militante estudantil na época, sendo socialista, trabalhava no ensino profissionalizante porque acreditava que esse era o caminho: qualificar rapidamente os jovens para que melhorassem sua renda. Isso até justificava que eles não permanecessem na escola regular.

163

- Mas nem todas as escolas anisianas foram por esse caminho. Os grupos escolares não eram diferentes das escolas-parque?

- Certo. Eu tenho uma admiração muito grande por Anísio Teixeira, porque foi ele quem alertou para a necessidade de democratização da educação. Mas na hora de definir o modus operandi dessa democratização, ele foi ingênuo, porque não levou em conta a lógica excludente do modelo econômico de desenvolvimento brasileiro, muito diferente da lógica do modelo americano. É nessa moldura que se faz a política educacional, até chegarmos ao absurdo de, em 1975, fazer a Ley 5.692, onde a profissionalização é uma obrigação do segundo grau. Esta foi a interpretação mais radicalmente ingênua e colonizada da teoria do capital humano. Segundo ela, segundo grau democrático só teria sentido se preparasse para o trabalho.

- O segundo grau fez isso?

- De forma alguma. Ele se tornou uma grande confusão, não profissionalizou mas também não avançou na educação acadêmica, fundamental, humanística, que prepara o cidadão. Por isso temos hoje esse forte movimento de reformulação do segundo grau, o ensino médio como se chama agora. Essa continua sendo uma discussão polêmica. Os argumentos do governo são fundamentais, quando se propõem a definir melhor o papel das escolas técnicas. Por outro lado, as escolas técnicas têm orgulho de ter superado o modelo mecanicista da educação profissional.

Mas também foi ingênua a mistura do ensino técnico com a educação humanista. As escolas técnicas acabaram virando centros de excelência para preparar bons candidatos aos vestibulares. Na prática, porém, deu-se a exclusão, porque no Nordeste, no Sul e no Sudeste elas são escolas disputadas pela elite. O governo gasta uma fortuna para manter essas vagas na escola técnica para uma elite.

- A saída seria cobrar por esse ensino?

- Não, eu não estou dizendo que elas devam ser privatizadas. Temos é que mudar o rumo da escola técnica, integrando-a a uma política educacional profissionalizante diferente do que tivemos até hoje. Um modelo que não seja assistencialista.

-O senhor dizia que há outros desvios no ensino profissionalizante...

- Por volta dos anos 40, se inicia o processo de industrialização e se toma consciência de que o assistencialismo não daria conta de construir a cultura fabril que é fundamental no esforço de industrialização.

- Como o Brasil respondeu a essa demanda?

-Respondeu ainda dentro do modelo excludente. Fizemos um esforço tecnicista -sem ser pejorativo- taylorista. Assim nasceram as instituições como o Senai, o Senac que, inteligentemente, o governo passou para os empresários. Havia os recursos, mas visando a

criação de uma elite da classe trabalhadora. Nunca da população como um todo, porque a lógica continuava excludente. Faz-se um ensino de altíssimo nível, mas com um determinado objetivo, que responde a uma necessidade de um determinado segmento da sociedade que tem o interesse fundamental da industrialização. Qualifica-se a elite fabril. Ninguém pode negar a importância do Senai no processo de industrialização. O que se tem que negar é o conceito de industrialização do Brasil.

- Onde entra o pedagogo nesse processo?

- Ele vem para dizer que aceita a qualificação, mas que precisa integrar também a formação geral. De novo, embarcamos na ingenuidade da análise, porque a conjugação não era hegemônica. Não condeno que a escola técnica esteja preparando para o vestibular. Que bom que ela esteja fazendo isso. Mas temos que questionar o vestibular.

- Não pode haver mistura da educação acadêmica com a qualificação?

- Eu estou convencido cada vez mais de que o primeiro e o segundo grau são para estudar matemática, português, filosofia, história, geografia, ciências, latim, coisas que o regime autoritário tirou da escola e precisam ser recuperadas para se ter uma boa escola fundamental e uma educação profissional complementar que também precisa mudar. Precisamos sair do modelo metalúrgico industrial urbano masculino es-

tático que não atende à dinâmica e a heterogeneidade da população economicamente ativa do Brasil. O lema era formar o operário-padrão, aquele que cumpria cegamente sua tarefa. Esse é um conceito superado. Hoje o que precisamos é trabalhar o cidadão produtivo. E também precisamos rever os conceitos de setores primário, secundário, terciário e de economia formal e informal. Tudo isso não tem mais sentido. Se fizermos diferença de qualidade entre um e outro, não vamos superar a pobreza. Se não incorporarmos o conceito de cadeia produtiva não adianta passar a técnica.

- A universidade não tem um papel a desempenhar nessa história?

- Tem um importante papel. Mas ela foi excluída e assimilou sua exclusão, considerando pouco nobre, pouco importante o ensino profissional. A pesquisa pedagógica não passava por esse tema. Não construímos um conhecimento nesse campo. O que temos foi importado, foi imposto, foi feito pelos técnicos e não pelos educadores. E muitos eram estrangeiros. O primeiro diretor do Senai foi um alemão. A universidade esteve ausente, assim como a classe trabalhadora, que jamais foi chamada para as decisões. Nem mesmo os sindicatos fizeram isso e quando fizeram foi copiando o modelo dominante.

- E a solução?

- Temos um placar de quatro a um. Mas o fato de a educação profissional estar na agenda política já é um avanço.

165

Não vamos encontrar a solução em três ou quatro anos. Tivemos cem anos com uma boa parte de regime autoritário de lógica excludente. Mais que a revolução tecnológica, que demanda adaptação, mudança, o que modifica o modelo e a lógica política é a radicalização da democracia. É juntar na mesma

mesa governo, empregados e empregadores e, respeitando o antagonismo de interesses, construir a política pública de educação. Sem democracia, sem direitos humanos, sem cidadania, sem educação básica, qualquer revolução tecnológica será excludente. ♦